



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER JURÍDICO

Referência: Projeto de Lei Ordinária nº. 018/2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

Ementa: "Autoriza a concessão de subvenção social à Paróquia São Miguel e Almas de Guanhanes e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa, para emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 018, de 17 de setembro de 2019, de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo autorizar a concessão de subvenção social à Paróquia São Miguel e Almas de Guanhanes e dá outras providências.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência, Iniciativa e Espécie Normativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e no artigo 17, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

A matéria é de iniciativa do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 70, da LOM. A espécie normativa foi adequadamente aplicada através de Lei Ordinária, pois vai de encontro com o que dispõe o art. 70, parágrafo 2º, da LOM.

Portanto, quanto à competência, iniciativa e espécie normativa, a Procuradoria Jurídica **OPINA**, salvo melhor juízo, favorável a tramitação do projeto em comento.

2.2. Da Proposta

Este projeto de lei tem como objeto autorizar a concessão de subvenção social à Paróquia São Miguel e Almas de Guanhanes, no valor total de R\$29.497,08, com o escopo de proceder à reforma e manutenção da Igreja Matriz São Miguel



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS



e Almas de Guanhães e a restauração da imagem em madeira policromada São Miguel e Almas, ambas tombadas pela Lei Municipal nº 1.914, de 22 de dezembro de 2.000.

2.3. Do Quorum

Para aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 018/2019 será necessário o voto favorável da maioria simples dos vereadores presentes na sessão plenária, conforme dispõe o artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e artigo 196, §2º, do Regimento Interno, em turno único de discussão e votação.

2.4. Das Comissões Permanentes

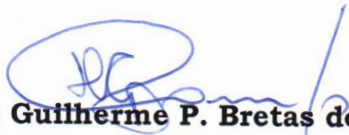
Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, depois de observadas as recomendações previstas neste parecer, a Procuradoria Jurídica **OPINA**, salvo melhor juízo, pela viabilidade técnica do Projeto de Lei Ordinária nº. 018/2019.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Guanhães/MG, 29 de outubro de 2019.


Henrique Guilherme P. Bretas de Campos
Procurador Geral


Alberto Magno Dias
Procurador Geral Adjunto